



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1218

## DA HISPÂNIA A ROMA: A ASCENSÃO DO IMPERADOR TRAJANO

Alex Aparecido da Costa

(LEAM/UEM)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Lopes Biazotto Venturini

(LEAM/DHI/PPH/UEM)

**Resumo.** Em fins do século I d. C. e início do século II d. C. o império romano atingiu sua máxima extensão territorial, prosperidade interna e relativa paz nas fronteiras. Esse contexto permitiu e foi impulsionado pela concessão mais ampla de direitos de cidadania aos membros das elites provinciais, bem como seu acesso às magistraturas, o que resultou em uma participação política mais ampla por parte das populações do império. Tendo essa conjuntura como pano de fundo, esta comunicação pretende apresentar os principais momentos da carreira política de Marco Ulpio Trajano. A partir da bibliografia e da obra de Plínio, o Jovem, que pertenceu ao círculo pessoal do imperador podemos compreender como a ordem senatorial viu sua chegada ao poder. Membro de uma família pertencente à elite da província romana da Hispânia teve seu caminho ao poder pavimentado por uma série de circunstâncias que serão apresentadas. Entre elas, além do aumento geral da importância das regiões periféricas do império, deve-se ressaltar a adesão da Hispânia a Vespasiano durante a crise de 69 d. C. que resultou em sua chegada o poder, em contrapartida a província foi beneficiada durante a dinastia do Flávios. Nesse período o pai de Trajano alcançou a distinção senatorial abrindo caminho para que seu filho trilhasse uma carreira militar que o levaria ao governo do império.

**Palavras-chave:** Elite provincial; Hispânia; principado romano; Trajano.

### INTRODUÇÃO

A ascensão de *Marcus Ulpius Traianus* ao governo do Império é um acontecimento que marca uma nova etapa do desenvolvimento político, social, econômico e ideológico do Principado. Sendo Trajano o primeiro provincial a se tornar imperador, devemos ressaltar as condições alcançadas pela Hispânia na época em que o futuro imperador, um militar oriundo das elites da Bética, reuniu sob sua autoridade as condições que lhe possibilitaram assumir as responsabilidades de gerir o império. Na época de Trajano a Hispânia era uma das províncias mais

importantes do império. Sua economia progredia de forma aguda (ALFÖLDY, 1987). A expressão desse desenvolvimento econômico foi um crescente aumento da importância da Hispânia nas questões políticas do império. Se durante a República a pujança da província provocou lutas para consolidar a conquista e serviu de base para facções rivais durante as guerras civis, no Principado, aliada à relativa paz interna do império, ela beneficiou-se de uma conjuntura favorável que promoveu a integração do império. A respeito desse processo favorável às províncias, Alföldy (1987) acrescenta outro fator importante: o desenvolvimento econômico provincial, verificado principalmente nas regiões ocidentais, que provocou a superação da preponderância da península itálica na economia imperial. Portanto, apesar de ser uma província a Hispânia vivia um momento de equiparação de importância em relação à Itália, e é esse panorama que permitiu a ascensão de Trajano ao poder do império.

Tovar e Blázquez (1975) destacam os principais fatores da política dos céсарes em favor da Hispânia. A primeira informação remonta à política augustana da fundação de colônias e cidades, fato importante, pois a urbanização pode ser considerada a plataforma mais importante dos processos de romanização. Esse foi o movimento embrionário iniciado na República, e que durante o Alto Império desenvolveu-se com mais força. Ele permitiu que as elites locais, já imbuídas dos valores e tradições da *Urbs*, adentrassem com sucesso na sociedade romana. Nesse processo concorria também a chegada, às províncias, de famílias italianas trazendo os hábitos ancestrais. Elas os conservariam muito mais do que a nobreza da própria Roma, fazendo com que tais regiões fossem consideradas uma reserva de elementos zelosos do *mos maiorum*, pois para essas novas aglomerações urbanas Roma com suas noções morais, era o exemplo por excelência. Trajano foi o indivíduo exemplar e o primeiro grande expoente desse processo, pois por meio desses fatores favoráveis agiu como protagonista dos eventos políticos do mundo romano ao tornar-se imperador. Devemos ressaltar que o acesso à carreira pública nos quadros políticos militares e administrativos do império passava pela adoção dos valores mais tradicionais de Roma. E o sucesso do sistema imperial baseava-se numa adaptação diversificada conforme se caminhasse rumo ao *limes*, e em uma adaptação específica caso o trajeto fosse rumo à *Urbs*.

Além desses fatores, Tovar e Blázquez (1975) citam que, assim como as diversas regiões do império, a Hispânia também se beneficiou com a profissionalização da administração provincial. Introduzida pelos príncipes, ela diminuiu os abusos praticados pelos governadores oriundos da aristocracia de Roma e pela ganância dos cavaleiros e publicanos arrecadadores de impostos. Feita por legados imperiais, a administração do mundo romano tornou-se mais racional e a submissão ao príncipe inibia governadores que administrassem em proveito próprio e em detrimento dos interesses das provinciais e do império. Isso fez com que os habitantes dessas regiões saudassem o novo regime como uma etapa mais benéfica da dominação romana. Mas a fundação de novas colônias e cidades observadas sob o governo de Augusto não foi uma constante durante o restante da dinastia Júlio-Cláudia. É com Vespasiano, a partir de 69 d. C., que as províncias recebem um novo impulso.

## **OBJETIVOS**

Diante disso, este artigo tem como objetivo destacar alguns aspectos da ascensão do imperador Trajano a partir das condições favoráveis de que gozava a província da Hispânia na época do Alto Império. A análise da trajetória desse imperador, bem como a ilustração de sua imagem na obra de Plínio, o Jovem, são temas que podem ajudar-nos a compreender o processo de integração que favoreceu a manutenção e a estabilidade do império durante seus séculos de existência. As discussões aqui propostas também podem esclarecer como a ordem senatorial, enquanto detentora dos valores tradicionais de Roma, saudou a chegada um imperador de origem provincial ao poder.

## **RESULTADOS**

A ascensão de um itálico ao Principado já demonstrava as forças centrífugas que operavam os mecanismos de poder do império. Consoante com a tendência de maior participação política do mundo romano além dos muros da *Urbs*, Vespasiano tomou atitudes decisivas em favor da romanização, especialmente em relação à

Hispania, que em 73 d. C. recebeu a direito latino, que permitia a aquisição da cidadania após o exercício de uma magistratura (TOVAR; BLÁZQUEZ, 1975).

A extensão dos direitos de cidadania, verificada a partir de Vespasiano, possibilitou a presença de senadores de origem hispânica nos quadros políticos em substituição à aristocracia de Roma, que dominou a cúria durante a República. Na região da Bética, onde se situava Itálica, a cidade de origem de Trajano, esse processo foi ainda mais agudo, pois ali a romanização ocorrera de forma rápida devido às condições anteriores do povo que ali vivia. “Os turdetanos são considerados os mais sábios dos ibéricos, pois não só utilizam a escrita, mas também possuem crônicas e poemas de tradição antiga e leis em versos de seis mil anos, segundo dizem” (ESTRABÓN, *Geografia*, III, 1, 6). O sábio grego destaca as inúmeras cidades da região e seu comércio: “Da Turdetania exporta-se trigo e vinho em quantidade, assim como azeite (não só abundante, mas também de boa qualidade)” (*Geografia*, III, 2, 6), aponta também a pujança e variedade da atividade pesqueira (*Geografia*, III, 2, 7). Mas, o que é enfatizado, acima de tudo, são as riquezas minerais da terra natal de Trajano, (ESTRABÓN, *Geografia*, III, 2, 8). Ou seja, tanto a Hispania quanto a Bética reuniam as condições materiais necessárias para proporcionar às suas elites respaldo em sua participação nas altas esferas do poder imperial. A ascensão de Trajano desse meio refletiu, portanto, os vários processos que permitiram a integração das províncias e de seus habitantes ao sistema social, econômico e político que se expandiu da *Urbs* para todo o mundo romano. A Trajano, exemplo maior desse movimento, coube o governo do império.

Tão importante quanto à compreensão da situação econômica, política e social do império e das províncias, o entendimento do contexto imediatamente anterior à chegada de Trajano também é essencial para entendermos porque, no início da dinastia Antonina, Plínio enfatiza as ideias morais e políticas tradicionais *mos maiorum virtus*, dando-lhes um marcante acento estoico. Em grande parte a política adotada pelo último dos Flávios contribuiu para isso.

Tudo o que, pais conscritos, digo ou disse sobre os outros príncipes, tende a mostrar por qual contínuo hábito foi corrompida e deteriorada a moral do Principado que nosso pai endireita e reforma. Além disso, não existe um bom elogio sem a comparação. No mesmo sentido, o

primeiro dever dos cidadãos agradecidos ao bom príncipe é perseguir aqueles que a ele não se assemelham (*Panegírico*, 53, 1, 2).

As palavras de Plínio indicam o descontentamento com os imperadores anteriores, especialmente Domiciano que antecedeu Nerva. Sob este último e durante o governo de Trajano a possibilidade de criticar o último dos Flávios demonstra o liberalismo dos Antoninos. A ênfase que Plínio coloca na necessidade de louvar a bondade do novo príncipe e condenar a conduta ruim dos antecessores pode nos indicar a presença de outros círculos políticos que precisavam ser advertidos a se conciliarem com a nova dinastia. O discurso de Plínio reflete a visão de seu grupo, a qual ele buscava estender aos demais círculos senatoriais.

Contudo, mescla de aspectos positivos e negativos no governo de Domiciano e, principalmente, a presença de Plínio em seu aparato administrativo é um indicativo de que devemos relativizar as duras críticas a ele dirigidas, procurando compreendê-las a partir da mentalidade de alguns círculos senatoriais dirigidos por uma ótica filosófica na qual Domiciano não se enquadrava. Grimal (1981) enfatiza a perseguição empreendida tanto por Vespasiano quanto por Domiciano contra os estoicos, cuja filosofia suscitava muitas objeções às políticas Flavianas. Tendo como contraponto a ascensão de Vespasiano durante as conturbações de 69 d. C. vemos no elogio a Trajano que o panegirista deixa claro o valor que os círculos senatoriais estoicos dedicavam ao acesso pacífico ao poder, assim ele escreve:

A posteridade acreditará que o filho de um patrício, de um consular, de um triunfador, estando no comando do exército mais sólido, mais importante, o mais devotado à sua pessoa, não foi feito imperador por este exército? Que este mesmo general, quando ele governava a Germânia e recebeu de Roma o título de *Germanicus* nada fez para tornar-se imperador? Que ele nada fez além de servir e obedecer? (*Panegírico*, 9, 2).

A recusa da via militar, na visão dos valores republicanos, significava respeito ao *mos maiorum*, pois a tradição execrava o acesso ao poder através das armas. Além disso, Domiciano afastava-se do ideal, pois para os estoicos o império deveria

estar a cargo do cidadão mais sábio e de caráter exemplar, cujas virtudes lhe garantiriam governar muito mais do que sua filiação ou poder militar. Portanto, apesar de o último Flávio possuir aspectos positivos em sua política, a desobediência às diretrizes estoicas foram cruciais para que Plínio fizesse dele a imagem oposta do príncipe ideal. Assim, após frustrar as expectativas senatoriais, Domiciano sucumbiu assassinado por conspiradores, em 96 d. C., embora sua substituição por Nerva não tenha garantido, desde o início, a tranquilidade do império.

O novo imperador deparou-se com grandes dificuldades, Grimal (1999) ressalta que o ano de 97 d. C. foi marcado por incertezas que se traduziram em revoltas militares. Nas causas desses distúrbios devemos dar destaque a um dos motivos: Nerva era um homem idoso e sem herdeiros, o que impunha o complexo problema da sucessão, ainda mais difícil após as sucessivas confirmações da falência do sistema hereditário, problema que seria resolvido com a adoção de Trajano. Enquanto o novo sistema sucessório não estava estabelecido, temia-se que as indecisões reeditassem a crise de 69 d. C. Nesse período, a própria figura política de Nerva correspondia à situação dúbia na qual estava imerso o Principado. De certa maneira ele representava a continuidade das políticas dos Flávios, pois exerceu o consulado com Vespasiano e depois com Domiciano. Como aliado do Senado, ele representou o início do que Homo (1950) chamou de “restauração senatorial”, política de conciliação entre o Principado e a cúria, que foi seguida por Trajano. Com essa fórmula buscava-se estabelecer uma diarquia, na qual as duas instâncias de poder cooperariam entre si. Mas, segundo Grimal(1999), Nerva possuía apenas uma das qualidades exigidas, e disso decorria a situação delicada de seu governo. Nesse sentido é importante ressaltar os três requisitos que deveriam respaldar o poder do príncipe: a) a adesão do Senado, que perdera a primazia e a *auctoritas* de que gozara durante a República e reivindicava ocupar o papel de consulente dos césares; b) o apoio dos exércitos, que evocava a tradicional noção do magistrado vitorioso, do general celebrando triunfos pelas conquistas em favor de Roma; c) o consentimento divino, que representava o vigor das crenças ancestrais que mantinham viva a confiança de que os auspícios, sinais divinos, apontavam o escolhidos dos deuses para guiar o império.

Portanto, a busca do imperador que traria tranquilidade para o mundo romano observava parâmetros estabelecidos pelo *mos maiorum*, por meio do qual seria julgada a *virtus* pessoal do príncipe, cujo caráter deveria contemplar também os ideais da *Stoa*, que pelo seu apelo à moderação, ao controle das paixões alinhava-se à moral tradicional romana que valorizava a imagem rústica dos primeiros cidadãos da *Urbs*. Diante de imperativos políticos e morais, Nerva adotou Trajano, indicando-o como seu sucessor. Certamente, muitas qualidades pessoais favoreciam o futuro imperador, mas para ajudar a respaldar sua posição coube a Plínio, em seu *Panegírico*, ilustrá-lo à imagem do César ideal.

Os dados acerca de Marco Ulpio Trajano informam que ele era originário de uma família de origem úmbria que se fixou na Hispânia, seu pai foi o primeiro desta família a alcançar o status senatorial. Beneficiando-se dos sucessos militares de seu progenitor, Trajano desempenhou uma destacada carreira militar. Fernández (2003) informa que aos vinte anos foi tribuno militar no exército comandado por seu pai, na Síria. Por volta do ano 78 d. C. foi questor e entre 83 e 85 d. C. exerceu o cargo de pretor, já sob o governo de Domiciano. Estando a partir 87 d. C, a frente da *legio VII Gemina*, acampada em Lion, levou, em 89 d. C., esse exército à Germânia para debelar a revolta de Saturnino contra Domiciano. Pela sua lealdade Trajano foi nomeado cônsul em 91 d. C.

A política dos Flávios em favor da Hispânia beneficiou sua família, junto com as dos demais membros da elite peninsular. Sob o beneplácito de Domiciano, Trajano alcançou o consulado em 91 d. C. Entretanto, essa distinção, assim como outras, permaneceu obscura, pois a imagem negativa construída para o último Flávio, criada para opor-se ao feliz governo de Trajano, tornava incômoda a ideia de uma associação cooperativa entre os dois governantes.

Diante das dificuldades em que se viu envolvido quando assumiu o governo do império Nerva optou por nomear Trajano governador da Germânia, região delicada do império nas margens dos rios Reno e Danúbio e que contava com importantes legiões. Tal nomeação visava, sobretudo, tranquilizar e ganhar a confiança dos militares colocando um experiente soldado, um *vir militaris*, em uma posição importante do império. Posteriormente, em fins de 98 d. C., Nerva adotou-o num ato de indicação de que Trajano seria seu sucessor, consolidando uma

situação que se desenhara a partir de sua legação na Germânia. Aqui devemos retomar os requisitos, apresentados por Grimal (1999), então exigidos para respaldar o poder do imperador. Segundo ele, após ser designado acertadamente como governador da Germânia, Trajano obteve a adesão dos soldados; adotado por Nerva, um legítimo representante da cúria, assegurou o apoio do Senado, onde nomes importantes como o de Licínio Sura, também hispânico, eram-lhe amplamente favoráveis (BLÁZQUEZ, 2003); por fim, a aprovação divina também teria se manifestado, segundo o relato de Plínio no *Panegírico*:

Os nomes dos outros príncipes não foram revelados àqueles que consultaram os oráculos onde o sangue das vítimas jorrou ou nos pássaros que voaram para a esquerda; mas tu, quando subias, seguindo o hábito, ao Capitólio, as aclamações dos cidadãos vindos, entretanto, por outro motivo se elevaram em tua direção, como se fosse já o príncipe deles; toda multidão que cercava o tribunal, quando devido tua entrada foram abertas as portas, saudou, aquele que criam ser então Júpiter *Imperator*, mas era a ti, como provou o evento, que ela dava esse título (*Panegírico*, 5, 3, 4).

Assim, triplamente respaldado, Trajano possuía bases estáveis para se estabelecer no poder, e, quando Nerva faleceu deixou sob a responsabilidade do primeiro provincial os destinos do império. Em seu governo Trajano abdicou de atitudes divinizantes, dialogou com a cúria, expulsou delatores e jurou não condenar senadores à morte. No plano externo sua política retomou as conquistas. O novo imperador venceu a Dácia, transformando-a em uma nova e rendosa província. Fortalecido, Trajano acreditou poder levar a cabo uma permanente ambição romana: a abertura para o império do comércio com o Oriente, extremamente onerado pela intermediação da Pártia que enriquecia com a mediação do intercâmbio romano com as regiões mais distantes da Ásia. Entretanto, os sucessos de Trajano nessa que foi sua derradeira campanha acabaram por serem malogrados devido a uma série de revoltas na Judéia, Egito, Cirenaica e Chipre. Obrigado a retornar para reorganizar a situação conturbada em sua retaguarda o imperador acabou por falecer na Cilícia em 117 d. C.

Trajano governou o império romano entre 97 d. C. e 117 d. C., para Cizek (1983) nesse período o César operou uma renovação dos valores latinos, morais,

políticos e militares, processo que, segundo ele, tem como fonte mais importante a obra de Plínio, o Jovem. Apesar dessa renovação, ele não rompe totalmente com as diretrizes políticas do Flávios (BLÁZQUEZ, 2003) e tampouco faz grandes mudanças no pessoal dos serviços administrativo, exemplo disso é o próprio Plínio que, tendo iniciado sua carreira durante a dinastia anterior, atinge os cargos mais altos sob Trajano. Griffin (2008), a respeito dessa continuidade, da qual cita a política externa como exemplo, chama atenção para o exagero de contraste entre as falhas de Domiciano e os sucessos de Trajano, o que dificulta a compreensão do prolongamento de alguns aspectos do governo anterior.

Cizek (1983) afirma que o novo imperador em suas medidas iniciais buscou a conciliação com o Senado adotando uma postura moderada e popular, tranquilizando a cúria com a promessa de que não usaria a lei de lesa majestade contra os senadores, como fizeram outros imperadores. Em relação às camadas populares empreendeu uma política alimentária e de fortalecimento da anona que favorecia as crianças filhas dos cidadãos humildes e respaldava a *fides* do César com o povo de Roma (BLANCO, 1988), o mesmo autor destaca também que Trajano distribuiu grandes somas como *congiaria* ao povo e aos soldados.

Após a morte de seu pai adotivo, em 97 d. C., Trajano torna-se o imperador de Roma, mas permanece no *limes* Reno-Danubiano organizando a região. Retorna a Roma em 99 d. C. e, segundo Fernández (2003), a partir de 101 d. C. inicia sua primeira campanha militar como imperador. Nela ele derrota os Dácicos e obriga seu rei, Decébalos, a firmar a paz sob condições piores do que aquelas do tratado de 89 d. C., celebrado com Domiciano. Por essa vitória o Senado concede a Trajano o título de Dácico. Mesmo derrotado, a partir de 102 d. C. Decébalos desobedece o tratado que fora ajustado com Roma, o que leva Trajano a empreender contra ele uma segunda campanha em 105 d. C., da qual resultaram a morte de Decébalos, a derrota total da Dácia e sua transformação em província romana. Depois dessa conquista, Trajano empreende a partir de 113 d. C., uma nova e ambiciosa campanha, dessa vez contra a Pártia, um império que controlava importantes rotas comerciais vindas do Oriente. Comandando 17 legiões, Trajano toma as principais cidades que compunham o reino parta submetendo toda a região ao controle romano. É recompensado por essa conquista com o título de Pártico pelo Senado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos finais do governo de Trajano uma série de revoltas se abate sobre o Oriente, nos territórios párticos ocupados, no Chipre, em Cirene e no Egito os judeus se sublevam. Ainda assim, o César, já debilitado, consegue, ao lado de seus chefes militares, controlar a situação. Devendo ter retornado a Roma desde 115 d. C., para tratar de sua saúde, o imperador se atrasa na região para solucionar os últimos problemas. Em 117 d. C., quando decide voltar à capital do império falece durante a viagem na cidade de Selinunte, na Cilícia.

Mas a política externa de Trajano não se resumiu às campanhas militares, além das conquistas o César empenhou-se em estabilizar, urbanizar e integrar as regiões incorporadas a Roma. Tal postura de Trajano caracterizou seu governo como o último grande movimento colonizador do império (MELÉNDEZ; ESPARCIA; CARRASCO, 2013). A síntese das investigações desses autores aponta Trajano retomando a política de fundação de novas colônias, abandonada desde Augusto. Nesse sentido, Trajano acumulou, ao lado de seu talento militar, importante capacidade administrativa desde sua permanência no norte do império, o início de seu governo. As fundações de Trajano ocorreram por todas as partes do império: Germânia, Panônia, Moesia, Trácia, Dácia, Arábia e África Procunsular. Consolidada durante seu governo, a obra colonizadora de Trajano permaneceu estável e integrada ao mundo romano após sua morte, até a época do Baixo Império. Além disso, Trajano preocupou-se também com a construção e melhoria das obras públicas, com a revitalização de pontes, portos, estradas (FERNÁNDEZ, 2003).

Enfim, Blázquez (2003) credita a memória positiva sobre Trajano ao fato de ele ter sido um governante habilidoso que soube cercar-se, em sua administração, de indivíduos fiéis e competentes. Tais homens eram oriundos em grande medida da Hispânia, mas contava também com o itálico Plínio, o Jovem que, inclusive se correspondia como altos nomes do estado maior hispânico de Trajano, como Licínio Sura (*Cartas*, IV, 30; VII, 27) e Julio Serviano (*Cartas*, III, 17; VI, 26). Esse mesmo autor informa, ainda, que sob Trajano o império não sofreu nenhuma crise ou rebelião das legiões. Tal *concordia* pode ser atribuída pelo equilíbrio que o sistema

do Principado perseguia desde seu estabelecimento e que foi atingido durante governo de Trajano, quando se firmou um “compromisso político entre as forças que dominavam a administração do Estado, o exército, o Senado, o poder imperial, forças que antes de 96 d. C. eram frequentemente antagonistas” (CIZEK, 1983, p. 512). No panegírico em honra ao célebre imperador, foi elaborada a ilustração de um modelo senatorial de governante marcado pela esperança de que as promessas positivas trazidas com o novo imperador se realizassem. Tal modelo era também, em certa medida, reflexo da realidade do governo de Trajano, construído, em parte, sobre os erros e acertos dos Flávios.

## REFERÊNCIAS

### Fontes impressas

ESTRABÓN. **Geografía de Iberia**. 1. ed. Madrid: Alianza Editorial, 2007, p. 557.

PLINE LE JEUNE. **Panegyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. 4. Ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

PLINIO EL JOVEN. **Cartas**. Introducción, traducción y notas de Julián González Fernández. Madrid: Editorial Gredos, 2005.

### Bibliografía

ALFÖLDY, Géza. **Historia social de Roma**. Madrid: Alianza, 1987.

BLANCO, Jose Antonio Garzón. La política alimentaria desde Trajano a Antonino Pio en la propaganda numismática. **Studia historica. Historia antigua**. Nº 6, 1988, p. 165-174.

BLÁZQUEZ, José María. **Trajano**. 1. ed. Barcelona: Ariel, 2003.

CIZEK, Eugen. **L'époque de Trajan: circonstances politiques et problèmes idéologiques**. Paris: Les Belles Lettres, 1983.

FERNÁNDEZ, Julián González. Trajano: datos biográficos (Coord.) **Trajano, óptimo príncipe, de Itálica a la corte de los césares**. Sevilla: Fundación el Monte, 2003.

GRIFFIN, Miriam. Nerva to Hadrian. In: BOWMAN, Alan; GARNSEY, Peter; RATHBONE, Dominic. (Ed.). **The Cambridge Ancient History: The High Empire, A. D. 70-192**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

GRIMAL, Pierre. **La civilisation romaine**. Paris: Flammarion, 1981.

\_\_\_\_\_. **O império romano**. Lisboa: Edições 70, 1999.

HOMO, Léon. **Les institutions politiques romaines: de l'acit   à l'  tat**. Paris: Albin Michel, 1950.

MEL  NDEZ, Javier Bermejo; ESPARCIA, Santiago Robles; CARRASCO, Juan M. Campos. Trajano fundador. El último impulso colonizador del Imperio. **Revista Onoba**. 2013, n  . 01, p. 99-114.

TOVAR, Antonio; BLÁZQUEZ, José María. **Historia de la Hispania romana**. Madrid: Alianza, 1975.